
RESENHAS

MARFIM: USOS E SIGNIFICADOS NA HISTÓRIA ATLÂNTICA

SILVA SANTOS, Vanicléia (Org.). *Marfins africanos como insígnias de poder: contextos de produção e usos dentro e fora da África*. São Paulo: Fino Traço, 2023. 364 p.

O livro *Marfins africanos como insígnias de poder*, sob a meticulosa edição de Vanicléia Silva Santos, traça uma análise da relação entre poder, comércio e simbolismo do marfim entre os séculos XV e XIX no mundo atlântico. A obra, fruto da colaboração de historiadores do projeto “A produção, circulação e utilização de marfins no espaço atlântico entre os séculos XV e XIX”, combina a análise da cultura material com documentos oriundos de arquivos coloniais. O objetivo é refletir sobre de que maneira africanos (como daomeanos e congueses), europeus (como portugueses e espanhóis) e descendentes de ambos os grupos na América portuguesa caçavam elefantes e confeccionavam e colecionavam objetos de marfim, e sobre como esses objetos lhes conferiam poder, prestígio

e até mesmo agência. Apesar da antiguidade com que o marfim aparece na história da África, o mérito principal da obra consiste em reposicionar o marfim africano no centro da história atlântica, lançando luz sobre suas múltiplas facetas e significados.

O livro é composto por dez capítulos divididos em duas partes. A primeira parte, focada no universo cosmológico e insígnias de poder em sociedades africanas, aborda o uso do marfim na África Ocidental e Centro-Ocidental. Tais capítulos focam na produção e circulação de estatuetas de Santo Antônio no reino do Congo e na colônia (e depois Império) do Brasil, na caça de elefantes e comercialização de seus marfins em Angola, nos usos diplomáticos e simbólicos das presas na Senegâmbia e no Daomé, e termina

com um artigo conceitual e metodológico sobre a necessidade de um enfoque êmico sobre o tema. Já em sua segunda parte, o livro aborda o colecionismo, visitando espaços imperiais e coloniais na Europa e na América portuguesa para apresentar aos leitores os múltiplos usos e significados que peças ebúrneas poderiam evocar para as gentes que circulavam nos museus, casas e ruas de lugares tão distantes quanto Sevilha (Espanha), Roma (Itália), Lisboa (Portugal), Salvador (Bahia) ou Conceição do Mato Dentro (Minas Gerais).

Por sua natureza polifônica, inerente a um livro escrito a muitas mãos, a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas varia conforme o autor. Os autores demonstram grande capacidade em mobilizar e interpretar tipos documentais diversos como inventários *post-mortem*, correspondência diplomática, contratos comerciais, relatos de viajantes e fontes imagéticas, mas também objetos da cultura material – como *makpos* (do Daomé), olifantes diversos, pichéis, saleiros e estatuetas – produzidos em diversos pontos do mundo atlântico. Reside na sua transdisciplinaridade – ponto basilar da

historiografia africanista desde sua fundação – um ponto forte do livro e ainda pouco explorado na historiografia brasileira sobre o continente.

Neste sentido, convém destacar três exemplos. Em primeiro lugar, a organizadora Vanicléia Silva Santos abre o volume com um capítulo sobre as famosas estatuetas de Santo Antônio do reino do Congo, contextualizando a produção dessas imagens não apenas como um subproduto do movimento antoniano liderado por Kimpa Vita no início do século XVIII, mas como parte de um contexto próprio maior, que a autora chamou de *cultura visual* do Santo Antônio do Congo. Partindo de uma correlação entre fontes escritas e a comparação formal entre estatuetas (três produzidas no Brasil e quatro no Baixo Congo), Silva Santos propõe uma hipótese para embasar seu novo conceito de *agência criativa*: artistas congueses, não obstante a violência da escravização a que foram submetidos, mostraram-se capazes de recriar na América colonial e no Brasil imperial uma “tradição da produção artística” (p. 39) que trouxeram consigo do reino do Congo. Essa tradição, importa dizer, não era mantida apenas mentalmente, senão pelas habilidades manuais que

tais artistas traziam consigo e nos traços que deixavam nas estatuetas. Por exemplo, a comparação que Silva Santos faz das figuras 4 (um Santo Antônio de liga metálica de cobre do Baixo Congo, possivelmente do século XVIII) e 7 (um Santo Antônio de liga metálica do século XIX) é contundente. Ainda que futuras pesquisas arqueológicas possam identificar a origem e datar aproximadamente quando a peça brasileira foi produzida, o método comparativo de Silva Santos traz fortes argumentos que sugerem que ambas as peças pertencem à mesma cultura visual, posto que a autora identifica uma série de redundâncias *técnicas* que revelam “diálogos atlânticos” (p. 76). O capítulo, portanto, demonstra o refinamento metodológico que, ao lado dos procedimentos tradicionais da historiografia brasileira sobre o assunto, contribui imensamente para o desenvolvimento da pesquisa sobre história da África no país. Ao focar nos diálogos atlânticos de atividades sensório-motoras entre o Baixo Congo e o Brasil, penso aqui, sobretudo, nas proximidades metodológicas que o texto de Silva Santos guarda com a abordagem igualmente inovadora de Jean-Pierre Warnier, em

seu trabalho sobre o poder no noroeste de Camarões.¹ A autora abre, assim, um novo campo de possibilidades para historiadores da diáspora africana.

Ainda no campo de uso de metodologia variada, é de se notar o capítulo de Aline Radicchi sobre a posição que o marfim e os elefantes ocupavam na simbologia e cosmologia mobilizadas pelo reino de Daomé nos séculos XVIII e XIX. Recorrendo a gravuras, relatos de viajantes e análises de objetos localizados em museus da França e do Benim, Radicchi localiza a importância do elefante no governo de Guezo (1818-1858) a partir de suas discussões a respeito da cerimônia *hwetanu*, mas também na expansão que o líder promoveu das *agoodjies*, transformando-as em um regimento militar com múltiplas funções e distinções, incluindo aí a de caçar elefantes. O marfim extraído viria a ornar os corpos de reis, *agoodjies* e sacerdotes no Daomé em formas de braceletes, *makpos* (tipos de cetros) e trombetas de marfim. A autora faz, assim, um grande trabalho em historicizar os usos e significados que o marfim evocava no Daomé do século XIX.

1 Jean-Pierre Warnier, *The Pot-King*, Leiden: Brill, 2007.

Por fim, sublinhe-se o capítulo de René Lommez Gomes que, explorando o inventário suntuoso legado por um duque espanhol – don Juan de Guzmán –, analisa a produção e circulação de peças de marfim pertencentes a um grupo específico de artesãos, localizados entre a atual Guiné-Bissau e Serra Leoa. O trabalho de Gomes, aqui, é digno de nota, posto que a identificação de bens inventariados em Sevilha não é facilmente rastreável de volta para o seu local de produção na África Ocidental. Para confirmar o rincão correto onde as peças foram fabricadas, Gomes realizou uma série de cruzamentos entre fontes diversas e procedimentos epistemológicos complexos, incluindo a projeção do conhecimento etnográfico do século XXI, para argumentar que os pichéis com decoração de lagartixas de “duas caras” pertenciam a artesãos falantes de língua *temne*, subsumidos pelo etnônimo genérico de “sapi” no século XVI. E mais ainda: ao entabular um diálogo com William Fagg e Ezio Bassani, que previamente haviam classificado tais pichéis como originários de uma única oficina em “Serra Leoa”, denominada “oficina C,” o autor conseguiu, mediante a análise do inventário de Guzmán sob

a perspectiva de diferentes tipos de documentos, sugerir uma redefinição temporal para a operação da mencionada oficina. Assim, ele a localiza não mais no período de 1490 a 1530, conforme Fagg e Bassani acreditavam, mas entre 1450 e 1510.

Tais trabalhos exemplificam a tônica do volume. A correlação entre cultura material e documentação escrita para a verificação de hipóteses históricas plausíveis sugere que a obra, para além do que ensina aos seus leitores sobre marfim, adequa-se perfeitamente à tradição africanista de ser um subcampo inovador nas metodologias do ofício do historiador.


Do ponto de vista conceitual e historiográfico, o volume busca superar antigos enquadramentos a-históricos (como “crioulização”, “aculturação” ou as “culturas hifenizadas” como bem sugere Thiago Mota) para compreender a produção e circulação do marfim para além de conceitualizações eurocêntricas. Por exemplo, Silva Santos busca empreender uma leitura “decolonial” das estatuetas de Santo Antônio no Atlântico Sul; Thiago Mota, abordando o papel e os

significados do marfim na Senegâmbia, propõe um “método semântico” para recuperar significados êmicos para além do “etnocentrismo epistemológico, que precedeu e potencializou o colonialismo europeu através da apropriação de objetos, técnicas e saberes das populações não ocidentais e que ainda se mantém” (p. 165). França Paiva redimensiona a capitania de Minas Gerais entre as rotas do Pacífico e do Atlântico, sugerindo que aspirações locais, como o gosto por objetos ebúrneos advindos da Ásia, além de motivos orientais pintados em suportes diversos, devem ser levados em conta se historiadores quiserem entender o mercado global de marfim entre os séculos XVII e XVIII – mesmo se, para isto, eles tenham de enfrentar silêncios e informações lacunares na documentação que têm em mãos. Em comum, o conceito de “insígnia de poder” é mobilizado para organizar os usos pragmáticos e simbólicos nas esferas rituais, econômicas e diplomáticas das sociedades atlânticas. Há aqui diálogos importantes com a historiografia africanista que devem ser explorados com mais vagar à medida que o projeto, ou os autores de maneira individual, avançam em suas pesquisas.

O conceito de “insígnia de poder” é central para o sucesso do livro e perpassa as contribuições do volume. De início, o conceito é definido como “símbolos de prestígio e diferenciação” (p. 18) e, ao longo dos capítulos, pode-se perceber que, por “insígnia de poder”, entende-se que objetos ebúrneos emanavam autoridade e riqueza em contextos mercantis, artesanais, estatais e diaspóricos. É certo que a produção do marfim africano não dependia apenas de demandas externas e que elites e grupos subalternos africanos souberam, dentro de suas sociedades, valorizar e fazer uso de objetos ebúrneos no continente e na diáspora. Mas como, exatamente? Uma vasta historiografia africanista debruçou-se sobre a noção de poder, suas variadas manifestações e o papel que objetos, inclusive os feitos de marfim, desempenhavam nas sociedades africanas, e como noções de “prestígio” e “diferenciação” talvez não fossem mais do que qualidades marginais, alçados ao centro das dinâmicas políticas e sociais africanas pela economia atlântica a partir do século XVI.²

2 David Schoenbrun, “The (in)visible roots of Bunyoro-Kitara and Buganda in the Lakes Region: AD 800-1300” in Susan K. McIntosh (org.), *Beyond Chiefdoms*:

Foi em torno dessa discussão acerca dos significados polissêmicos (e naturalmente tensionados) de “poder” na África que historiadores, arqueólogos e antropólogos apresentaram importantes definições na década de 1990, sobretudo a partir do trabalho seminal de Jan Vansina, *Paths in the Rainforests*.³ No epicentro dessa discussão residia a redefinição do conceito de “poder”, não de forma tangível ou à maneira de Weber, mas sim como uma força emanada diretamente da acumulação de sabedoria, cuja autoridade se sustentava em controles rituais que mediavam a interação harmoniosa entre os universos dos mortos e dos vivos, em prol dos últimos.⁴ Essas “táticas do saber” orquestradas por especialistas – ferreiros, terapeutas públicos,

Pathways to Complexity in Africa (Londres; Nova York: Cambridge University Press, 1999); Pierre de Maret, “From Kinship to Kingship: An African Journey into Complexity”, *Azania: Archaeological Research in Africa*, v. 47, n. 3 (2012), pp. 314-326 .

- 3 Jan Vansina, *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*, Madison: University of Wisconsin Press, 1990.
- 4 Jane I. Guyer e Samuel M. Eno Belinga, “Wealth in People as Wealth in Knowledge: Accumulation and Composition in Equatorial Africa”, *The Journal of African History*, v. 36, n. 1 (1995), pp. 91-120.

caçadores – operavam concomitantemente, ainda que sob uma tensão latente, com as funções de líderes aspirantes. Estes, por sua vez, ao mobilizarem bens de prestígio e discursos patrimonialistas, empenhavam-se na construção de “estados”. Daí porque “prestígio” era apenas *uma* das maneiras através das quais o poder se manifestava na política da África.

Se o marfim aparece marginalmente nas discussões sobre a história política da África antiga e Atlântica durante a década de 1990, ninguém pode negar que ele foi, também, parte inseparável desse debate. Podemos lembrar a célebre descrição de Jan Vansina sobre a reconstrução lexical **-kúmú* (“grande chefe”), encontrada em seu livro clássico já citado, que faz menção a uma tradição oral dos djue dos Camarões. Nesta tradição, a entrega de um bracelete de marfim desempenhava um papel vital na cerimônia de iniciação à vida adulta. Da mesma forma, o arqueólogo R. Reid (1991) apresenta um ateliê de artesãos que produzia peças de marfim entre os séculos XI e XV no sul de Uganda.⁵ Kairn Klieman aplicou a

-
- 5 Richard Reid, “The Role of Cattle in the Later Iron Age Communities of Southern

linguística histórica para demonstrar que, no Gabão, comunidades especializadas em atividades de caça e coleta, que eram estigmatizadas tanto por bantófonos quanto pelos europeus do século XIX como “batwa” e “pigmeus”, respectivamente, detinham o controle das rotas de comércio de marfim até a costa atlântica.⁶ Isso levou os falantes da língua *okande* a nomearem um grupo específico de caçadores como “*ossyeba*”, que literalmente significa “povo dos dentes de marfim”, um termo que acabou se estabelecendo como um etnônimo no Gabão. Às produções mencionadas, acrescenta-se ainda a publicação de *Beyond Chieftoms* (1998), que congregou pesquisas de historiadores e arqueólogos e desafiou as concepções evolucionistas de poder ainda latentes na arqueologia.⁷ O trabalho propôs uma nova perspectiva ao reconhecer e demonstrar por meio de técnicas arqueológicas e linguísticas a existência de uma variedade de arranjos

Uganda”, Tese (Doutorado em História), Universidade de Cambridge, Cambridge, 1991.

6 Kaim A. Klieman, “*The Pygmies Were Our Compass*”: *Bantu and Batwa in the History of West Central Africa, Early Times to c. 1900 C.E.*, [s.l.]: Heinemann, 2003, p. 178.

7 McIntosh (org.), *Beyond Chieftoms*.


políticos que iam além do esquema tradicional de bando-chefatura-reino. O marfim é retratado nesses estudos não só como um material de prestígio e acumulação, mas também como um catalisador de sinergias, relações sociais e rituais simbólicos para os quais prestígio importava menos do que representações coletivas e estratégias de reprodução social.

Assim, se entendermos que sociedades subsaarianas tinham noções complexas de “poder” antes de 1500, noções essas que já vêm sendo debatidas desde a década de 1990 (pelo menos!), compreende-se por que encontramos, no volume, usos do marfim que extrapolam a noção de “prestígio”. Silva Santos reposiciona as peças de Santo Antônio como *minkisi*, isto é, poderosos objetos capazes de mediar relações sociais e intervir nelas. Radicchi vê o uso de elefantes e do marfim como mediador de metáforas que ultrapassam bastante a transmissão do prestígio e da autoridade. Quando Gomes discute magistralmente a peça denominada “mestre da execução simbólica”, que representa o sacrifício de cativos por um “chefe”, ele sugere, baseado em documentação portuguesa, que os algozes

cortavam e expunham as cabeças de suas vítimas para levarem consigo (p. 225). No entanto, antes de classificarmos isso como uma demonstração de poder, devemos nos interrogar sobre de que *poder* estamos falando. Tal pergunta é essencial se quisermos entender de que forma o marfim era manipulado como “insígnia de poder” para além de um “símbolo de prestígio e diferenciação”.



É por isso que, ao falar de “insígnias de poder”, talvez não seja tão útil proceder às divisões cronológicas da produção historiográfica sobre África que classificam os eventos no tempo entre pré-coloniais e coloniais, de tal modo a sugerir que, como afirma Thiago Mota em seu capítulo, “o abandono do período anterior ao colonialismo na agenda historiográfica africanista a partir da década de 1980 levou à consolidação de narrativas que [...] já estavam em crise diante dos avanços metodológicos, no que diz respeito às tradições orais” (p. 185). O capítulo de Mota parece sugerir que a década de 1980 inaugurou, na esteira do abandono da história antiga da África, um “foco na história moderna e seu viés Atlântico” (p. 184). Ora, se a mudança de enfoque

é verdadeira, esse abandono nunca foi absoluto. Basta para isso lembrar os debates das décadas de 1980 e 1990 que culminaram em um artigo de Jan Vansina, intitulado “The Doom of Early African History?”, publicado na *History in Africa*.⁸ Nesse artigo, o historiador belga – respondendo a um pesquisador que argumentava que a história antiga do continente africano era desinteressante – fez uma clássica defesa que questionava os mesmos pressupostos que ainda informam muitos trabalhos de hoje, a saber: a suposta dicotomia epistemológica entre historiadores do passado remoto e do passado recente e o aparente número inexpressivo de pesquisadores da África antiga. Não irei aqui repisar argumentos, pois há uma série de artigos que, nos últimos nove anos, demonstraram o perigo epistemológico de se traçar uma fronteira tão espessa entre o passado distante e o passado atlântico e colonial.⁹

8 Jan Vansina, “The Doom of Early African History?”, *History in Africa*, v. 24 (1997), pp. 337-343 .

9 Richard Reid, “Past and Presentism: The ‘Precolonial’ and the Foreshortening of African History”, *The Journal of African History*, v. 52, n. 2 (2011), pp. 135-155; James H. Sweet, “Reimagining the African-Atlantic Archive: Method, Concept, Epistemology, Ontology”, *The*

Esse realinhamento na pesquisa histórica é essencial para redimensionar o “método semântico” introduzido por Thiago Mota, que visa compreender o marfim em seu contexto de produção e consumo. Especificamente, isso envolve a indagação inicial que Mota levanta sobre a existência de produção antes da influência europeia na Senegâmbia entre os séculos XV e XVII. (Talvez seja mais apropriado denominar esse método como “semiótico”, uma vez que ele não aborda diretamente aspectos linguísticos). Mota se apoia em documentos do arquivo colonial português para destacar a existência prévia de uma rica tradição de produção e uso do marfim na costa ocidental africana, anterior à chegada dos portugueses. A pesquisa apresentada neste capítulo, portanto, abre caminho para que estudos posteriores possam incluir evidências arqueológicas e linguísticas e complexificar essa noção de “anterioridade”

Journal of African History, v. 55, n. 2 (2014), pp. 147-159 ; James Sweet, “Research Note: New Perspectives on Kongo in Revolutionary Haiti”, *The Americas: A Quarterly Review of Latin American History*, v. 55, n. 2 (2016), pp. 1-15 ; Kathryn M. de Luna, “Sounding the African Atlantic”, *The William and Mary Quarterly*, v. 78, n. 4 (2021), pp. 581-616.

levantada pelo pesquisador a partir de fontes documentais. Evidências para pesquisas que ultrapassam o documento escrito existem para diversos pontos do continente. Por exemplo, David Mattingly, ao investigar sítios arqueológicos pertencentes aos garamantes, encontrou uma pulseira de marfim, finamente produzida, em Jarma antiga, fato que o levou a criar uma hipótese sobre a existência de um comércio de marfim entre rio Níger e o Mediterrâneo até o primeiro milênio da Era Comum.¹⁰ O marfim, a partir de rotas oriundas do rio Níger, também é bem documentado entre registros árabes, peças museológicas e escavações arqueológicas entre o norte da Nigéria e o sul da Itália entre os séculos IX e XV.¹¹

Portanto, *condensar* a “anterioridade” africana ao momento em que os portugueses tocam a costa a partir de suas próprias fontes talvez reifique procedimentos epistemológicos dos

-
- 10 F. Cole *et al.*, “Small Finds Reports” in David J. Mattingly (org.), *The Archaeology of Fazzan*, v. 4: Survey and Excavations at Old Jarma (Ancient Garama) ([s.l.]: Society for Libyan Studies, 2013), pp. 455-472 .
 - 11 Kathleen Bickford Berzock *et al.*, *Caravans of Gold, Fragments in Time: Art, Culture, and Exchange across Medieval Saharan Africa*, Evanston: Block Museum of Art, Northwestern University, 2019.

quais o próprio método “semântico” queira se livrar.¹² Resta claro, portanto, por que a interdisciplinaridade não foi apenas uma fase inicial da historiografia africanista: ela é parte inerente de sua epistemologia, razão pela qual ela continua a ser um dos campos mais vibrantes das ciências humanas. Recentemente, John McNeill clamou por uma “africanização” (*africanist-ization*) da disciplina histórica; isto é, um convite para que historiadores abracem a interdisciplinaridade com arqueólogos e linguistas históricos.¹³

O livro editado por Vanicléia Silva Santos, portanto, tem o grande mérito de posicionar o marfim em uma trama


complexa e multifacetada do material no mundo atlântico entre os séculos XV e XIX. O livro é polifônico e polissêmico, não apenas porque foi escrito por muitas mãos, mas sobretudo porque sua leitura permite conhecer as múltiplas perspectivas através das quais os dentes de elefantes eram vistos, nomeados pelas gentes que circulavam nos territórios atlânticos e de que modo esses objetos de marfim emprestavam prestígio por onde passavam. Ao assim proceder, o livro, que é a terceira contribuição do grupo às pesquisas sobre o assunto, oferece novos caminhos para pesquisas futuras, sobretudo no que tange aos desafios e às recompensas epistemológicas de pensar a história da África em seus próprios termos, métodos e temporalidades.

Marcos Leitão de Almeida  

Universidade Federal de Juiz de Fora

doi: 10.9771/aa.v0i68.57656

12 Basta para isso ver que dois dos maiores livros que questionam pilares racialistas da historiografia colonial vem desta tradição. Cf. Klieman, *The Pygmies Were Our Compass*; Vansina, *Paths in the Rainforests*.

13 J. R. McNeill, “Peak Document and the Future of History”, *The American Historical Review*, v. 125, n. 1 (2020), pp. 1-18 .